



# CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

BARIRI - ESTADO DE SÃO PAULO

## **AUTÓGRAFO nº 19/2021**

Projeto de Lei nº 19/2021 – Autoria: Poder Executivo

**Lei nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021**

**O Presidente da Câmara Municipal faz saber que, em sessão ordinária ocorrida no dia 17 de maio de 2021, a Câmara aprovou a seguinte Lei:**

*Dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 1.514, de 20 de junho de 1983.*

**Art. 1º** O art. 2º, 3º e 9º, da Lei Municipal nº 1.514, de 20 de junho de 1983, passará a contar com a seguinte redação:

**Art. 2º** *O Fundo será gerido por um Conselho Deliberativo, a ser indicado pelo Chefe do Poder Executivo.*

**§ 1º** *A presidência do Conselho Deliberativo será, preferencialmente, da Primeira Dama, ou por outra pessoa indicada pelo Prefeito.*

**§ 2º** *As funções dos membros do Conselho Deliberativo, incluindo o presidente, não será remunerada a qualquer título, sendo considerada, porém, serviço público relevante.*

**Art. 3º** *Ao Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Município competirá auxiliar, analisar e deliberar sobre ações, programas e novos projetos a serem implementados pelo Fundo Social, bem como:*

**I** - *fazer o levantamento das principais necessidades e aspirações da comunidade;*

**II** - *levantar recursos humanos, materiais, financeiros e outros mobilizáveis na comunidade;*

**III** - *definir e encaminhar soluções possíveis para os problemas levantados;*

**IV** - *valorizar, estimular e apoiar iniciativas da comunidade voltadas para a solução dos problemas locais;*

**V** - *promover articulações e atuar integradamente com unidades administrativas da Prefeitura Municipal ou outras entidades públicas ou privadas.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

BARIRI - ESTADO DE SÃO PAULO

....

**Art. 9º** *Constituirão receitas do Fundo Social de Solidariedade do Município:*

**I** - *contribuições, donativos e legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;*

**II** - *auxílios, subvenções ou contribuições que sejam concedidos pela União, Estados, Municípios ou outras entidades de direito público e/ou de direito privado;*

**III** - *outras vinculações de receitas Municipais cabíveis;*

**IV** - *rendimentos, acréscimos, juros e correções monetárias, provenientes da aplicação de seus recursos e depósitos;*

**V** - *quaisquer outras receitas que lhe possam ser destinadas.*

**Art. 2º** Fica acrescido os art. 9ª-A, 9º-B, 11-A e 11-B, na Lei Municipal nº 1.514, de 20 de junho de 1983, conforme a seguir:

**Art. 9ª-A** *O Fundo Social de Solidariedade do Município contará com apoio técnico do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, ficando, desde já, autorizado a celebrar convênios para desenvolver programas que estejam de acordo com a finalidade desta lei.*

**Art. 9ª-B** *Para o desenvolvimento dos projetos, dependente de prévia deliberação do Conselho Deliberativo, fica autorizado o Fundo Social de Solidariedade do Município a celebrar convênios, parcerias, termos de cooperação entre órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Municipal e com a União, os Estados, Municípios e com outras entidades de direito público e/ou de direito privado*

**Art. 11-A** *Caberá as demais unidades administrativas oferecer auxílio e apoio ao Fundo Social de Solidariedade do Município, inclusive para o desenvolvimento de suas atividades, disponibilizar servidores municipais, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens.*

**Art. 11-B** *O Conselho Deliberativo elaborará, dentro de 90 (noventa) dias da publicação desta lei, o regulamento do Fundo Social de Solidariedade do Município, a ser disciplinado por decreto editado pelo Poder Executivo.*

**Art. 3º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Bariri, 17 de maio de 2021.

Presidente da Câmara Municipal,

BENEDITO ANTONIO FRANCHINI